

A ocasião para o Brasil mudar

por Andrew Whitley
do Financial Times

A disposição e o momento são propícios para que o Brasil mude. Pode-se dizer que o País está impaciente. Felizmente, a transformação será anunciada através da transferência do cargo de presidente do general João Figueiredo para um político civil. Mas a extensão da provável mudança só virá a ser conhecida após 15 de janeiro, quando o Colégio Eleitoral escolher um dos dois candidatos.

Os sinais de um tipo diferente de mudança soarão também neste mês, quando os ministros brasileiros da área econômica se sentarem à mesa de negociação com os banqueiros credores do País para iniciar a próxima rodada de negociações relativas ao reescalonamento da sua dívida externa.

Apoiado por uma reviravolta extraordinária no seu balanço de pagamentos exterior, um Brasil mais confiante procura obter melhores termos e o prolongamento, por vários anos, do prazo para saldar seus compromissos.

Parece improvável que o atual governo, que encerra seu mandato, irá obter todas as condições que almeja de seus credores. A maioria dos credores do Brasil prefere esperar até que o novo governo seja empossado, para então tentar fechar um acordo que possa ser duradouro.

Os benefícios políticos que seriam creditados aos bancos internacionais por eles serem generosos com o próximo governo são mais amplos do que aqueles angariados por compensarem o governo Figueiredo por sua alicerçade em adotar as medidas prescritas pelos credores — e os bancos estão cientes disso. Também eles desejam ficar do lado dos amigos.

A desilusão e o descontentamento com a forma pela qual os militares — que se encontram no poder desde 1964 — vêm conduzindo os negócios do Brasil atingem grande profundidade. Esse fator tem, por

Economia - Brasil

Sábado, 10, e segunda-feira, 12 de novembro de 1984 — GAZETA MERCANTIL

• Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

A ocasião para o Brasil mudar

por Andrew Whitley
do Financial Times
(Continuação da 1ª página)

sua vez, provocado uma incomum perda da autoconfiança nacional.

Os valores têm sido distorcidos, e ocorre também a perda da credibilidade. Os brasileiros estão cansados dos apertos e das pressões geradas pela recente crise econômica.

As causas do descontentamento são fáceis de ser identificadas. A classe média observou as consideráveis vitórias alcançadas nas últimas duas décadas serem virtualmente destruídas. Simultaneamente, aqueles que se encontram no fundo do poço social chegaram a um nível de privação jamais visto no Brasil.

A habitação, a educação, os serviços urbanos e o rudimentar sistema previdenciário do Brasil estão todos em situação de crise.

Sob o impacto da mais severa recessão de que se tem registro, um sistema social tradicionalmente flexível começa a ceder. O crime atinge proporções epidêmicas nas grandes regiões metropolitanas, ampliadas por um incessante êxodo do interior. Na realidade, as regras da lei tornaram-se praticamente nãoexistentes em muitas das principais cidades.

A corrupção, que nunca antes havia sido tão patente, como, digamos, no México, ampliou-se consideravelmente, tanto no topo quanto na base da sociedade.

Paralelamente ao desmantelamento gradual da ordem social, cresceu a perda do sentido do valor do dinheiro. A inflação no Brasil era tolerável quando se encontrava na margem de 40 a 50% e a economia vinha crescendo. Entretanto, nos últimos dois anos — no primeiro dos quais a economia se encontrava em franco declínio —, a inflação esteve por volta de 200%, e não apresenta sinais de que irá cair em 1985.

Uma consequência tem sido o grau apavorante de desindustrialização, pelo fato de as empresas concentrarem seus esforços na preservação do valor de seus patrimônios através da especulação financeira.

O desempenho econômico dos militares não foi de forma alguma totalmente negativo, se se avaliar o que foi alcançado desde 1964.

Grandes esforços têm sido recentemente desenvolvidos para diminuir a dependência do País das importações de petróleo. Importantes projetos infraestruturais foram desenvolvidos, e uma estrutura industrial ampla e diversificada foi estabelecida.

O outro lado da moeda tem sido a ampliação das diferenças na distribuição de renda e um aumento nos níveis relativos e absolutos da pobreza. Proporcionalmente, um maior número de brasileiros ganha hoje, em dia menos do que o salário mínimo oficial (cerca de US\$ 800 por ano) do que há vinte anos.

Tanto Paulo Maluf, o candidato oficial à Presidência, quanto seu rival,

Tancredo Neves, da frente oposicionista, estão conscientes da crise de expectativas que irão enfrentar ao assumir o cargo no próximo ano. As pressões serão maiores sobre os políticos da oposição, mas Maluf sem dúvida sentirá a necessidade de adotar medidas que poderiam compensar a falta de apoio popular à sua candidatura.

Os dois candidatos estão igualmente conscientes de que no contexto de uma situação econômica nebulosa, o espaço de que dispõem para realizar suas manobras será limitado. A experiência da Argentina durante o primeiro ano de seu retorno à democracia sob o presidente Raúl Alfonsín constitui uma lição para os políticos do Brasil.

Os brasileiros, de raciocínio mais pragmático, resolveram também evitar o erro de desenterrar o passado. Não haverá investigações sobre esqueletos no guarda-roupa dos militares, tanto em um governo de Tancredo quanto no de Maluf.

AJUSTAMENTO

Nenhum dos dois candidatos delineou detalhadamente sua plataforma ou quais as mudanças que introduziria em seu governo. Ambos ameaçam adotar uma linha mais dura com relação a seus credores e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), mas nenhum chegará tão longe a ponto de promover um rompimento completo. Assim, a expectativa é de que seja alcançado um "modus vivendi" que permita o cumprimento do programa de ajustamento de três anos imposto pelo FMI, e que deverá completar-se em fevereiro de 1986.

Tudo que pode ser dito com segurança, no momento, é que Tancredo Neves, um tradicional político brasileiro, provavelmente adotaria uma linha mais nacionalista e defenderia uma crescente e ampla participação do Estado na economia.

Paulo Maluf, um empresário milionário que se tornou astuto político, promete governar o Brasil como uma empresa privada. Suas habilidades e a adaptabilidade dos brasileiros poderiam torná-lo aceitável à opinião pública. Mas muitos temem que ele não seria capaz de governar sem apoio dos militares.

Isso não quer dizer que os militares tenham demonstrado intenções de retornar à arena política no futuro próximo. Apesar de terem promovido o retorno gradual e ordenado do poder aos civis, eles encontram-se ansiosos em permanecer afastados da política.

As únicas circunstâncias sob as quais eles se sentiriam tentados a intervir seria se qualquer um dos candidatos provasse claramente ser incapaz de governar o País e se ocorressem distúrbios sociais em larga escala. Mesmo assim, uma atitude desse tipo exigiria unanimidade entre os três setores das Forças Armadas para ensejar um novo golpe de Estado.

Não há também sério perigo de que sob um governo oposicionista os militares ou os serviços de inteligência se sentissem tentados a continuar representando "um estado dentro de um estado", vigiando suas tradicionais esferas de influências. Os políticos oposicionistas estão confiantes de que seriam donos de sua própria casa.

CONSTITUIÇÃO

Quem quer que venha a se tornar presidente em março próximo — e as atuais evidências favorecem Tancredo Neves, de 74 anos —, assumirá as rédeas de um governo recentemente transitório.

Suas principais tarefas políticas será preparar o caminho para uma ampla reforma da Constituição, inúmeras vezes emendada, restaurando o antigo equilíbrio entre os poderes Executivo e Legislativo e entre o governo federal e os 23 estados, e estabelecer

eleições presidenciais diretas para seu sucessor.

Eleições nacionais para as legislaturas estaduais e federais deverão ocorrer novamente em novembro de 1986. Elas poderiam provocar um impasse — e assim uma possível crise — entre Maluf (se for eleito) e o Congresso, se, tal como se espera, os partidos de oposição obtiverem maioria nas duas casas.

Tancredo Neves também poderia ser responsável por uma crise se enfrentar problemas de saúde durante os quatro anos em que ele diz que governará. A ala esquerda da coalizão que o apóia estaria relutante em permitir que seu candidato à Vice-presidência, um ex-líder conservador do partido situacionista, assuma.

A tarefa de governar o Brasil será mesmo mais difícil pela necessidade de empreender uma quantidade de reformas urgentes. No topo da lista deve estar a desindexação da economia, como a única maneira de promover a quebra da espiral inflacionária. Reformas monetária e, até um certo ponto, fiscal também precisam ser promovidas com urgência.

POPULAÇÃO

Mais profundamente arraigadas — e consequentemente menos passíveis de serempreendidas — se encontram as antigas questões da reforma agrária e do crescimento populacional.

Segundo as tendências atuais, a população brasileira deverá crescer mais que o dobro, atingindo 280 milhões, até meados do próximo século. No entanto, nenhum esforço sério foi até o momento empregado para resolver um problema com relação ao qual a poderosa Igreja Católica brasileira permanece inflexivelmente contrária a quaisquer métodos artificiais de controle.

Inextrinavelmente ligadas a esse problema encontram-se a questão da

pobreza e a necessidade de restaurar os recentemente corrodidos padrões de vida. Como dar emprego aos jovens recém-chegados ao mercado de trabalho, numa época em que tanto a indústria quanto a agricultura vêm passando por rápidas transformações, visando a movimentar um maior volume de capital, será um grande desafio.

Após duas décadas de relativa calma, o nacionalismo aparenta estar empreendendo um retorno, como se fosse uma espada a ser acrescentada à armadura econômica do Brasil. Um indício patente foi a recente aprovação, por ampla margem, pelo Congresso, de uma legislação que restringe a participação de novas companhias estrangeiras nos importantes setores de processamento de dados e de telecomunicações, os quais se encontram em franco crescimento.

Apesar das turvas águas que deverá enfrentar, o Brasil permanece — como sempre — um país de gigantescas oportunidades. Seus recursos minerais e agrícolas são enormes, sua força de trabalho laboriosa, adaptável e barata. O capital estrangeiro é tradicionalmente bem tratado e as oportunidades permanecem boas.

O crescimento retomou seu curso, após um desaquecimento de três anos, e tudo indica que continuará em 1985. As exportações estão expandindo-se novamente, sendo responsáveis por uma parcela cada vez maior do Produto Interno Bruto.

Saldar os compromissos anuais relativos a uma dívida externa que no próximo ano deverá atingir US\$ 100 bilhões poderia, contudo, representar um sério problema para o futuro governo. Mas muito irá depender das atitudes que os governos e os bancos credores do Brasil adotem na próxima semana e nos próximos doze meses.

(Continua na página 5)